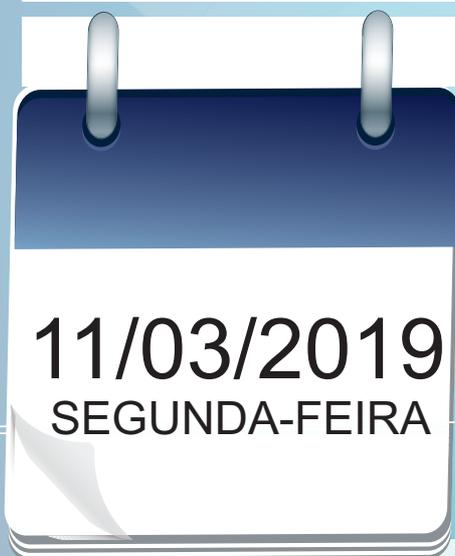


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Fio Direto

SUELY ARANTES

arantes.sueli@gmail.com

TCE identifica pensões irregulares de anistiados políticos

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) identificou 19 anistiados políticos que estariam recebendo cumulativamente pensões especiais nas esferas da União e do Estado de Goiás. Foi detectado 65 situações de acumulação das pensões especiais das quais, segundo os auditores, 19 encontram-se em situação irregular. Juntas acumularam, entre março de 2005 até julho de 2018, R\$ 3,9 milhões em valores não atualizados. A comprovação de concessão das reparações econômicas pelo Estado e pela União pelos mesmos motivos confirmaria a violação do art. 3º da Lei Estadual nº 14.067/01, norma que regula a reparação econômica de caráter indenizatório ao anistiado político. A equipe de auditoria verificou a existência de termos de responsabilidade assinados pelos próprios beneficiados. Nos documentos, eles declaram não estar acumulando qualquer tipo de reparação econômica paga pela União com fundamento nos mesmos motivos da indenização estadual, bem como se comprometem a comunicar, imediatamente, eventual concessão de benefício pela União. Durante o processo, o então secretário de Segurança Pública, Irapuan Costa Júnior, informou que, mediante o trabalho do TCE, instituiu comissão para instaurar processo disciplinar, encaminhou à União relação dos anistiados e solicitou documento idêntico para comparação, e que iria realizar levantamento de processos existentes em outros órgãos.





Obras paralisadas



Francisco Almeida

Engenheiro e presidente do Crea-GO



O site GeoObras, do Tribunal de Contas do Estado, aponta 211 obras paralisadas em Goiás, no total de R\$ 1,367 bilhão”

Uma Comissão de Inquérito da Câmara Municipal em 2018 apurou a existência, em Goiânia, de 116 obras paralisadas, com valor superior a R\$ 900 milhões. O site GeoObras, do Tribunal de Contas do Estado, aponta 211 obras paralisadas em Goiás, no total de R\$ 1,367 bilhão. O Tribunal de Contas da União, em levantamento feito em planilhas da Caixa Econômica Federal, identificou mais de 30 mil obras paralisadas de um total de 107 mil obras, tratando apenas de convênios ou que fazem parte dos programas de Aceleração do Crescimento ou Avançar. Qualquer que seja o foco da pesquisa, os números são absurdos.

Os motivos da paralisação são vários, mas entendo que os principais são os projetos mal feitos, incompletos, os orçamentos fora da realidade e a falta de cronograma para os pagamentos. O contratante às vezes ainda não tem os recursos garantidos e mesmo assim licita a obra.

Além disso, um dos problemas das obras sem um projeto básico bem feito, sem orçamento confiável e sem a responsabilidade de quem elaborou essas peças fundamentais, é o “mergulho” dos participantes que oferecem descontos que chegam a 30% ou 40% do preço da obra, o que é claramente inexecutável.

O pregão eletrônico, erroneamente utilizado na licitação de obras e serviços de engenharia, é um dos maiores motivos para a enorme quantidade de obras paralisadas, ao favorecer a assinatura de contratos financeiramente inviáveis. O vencedor conflita em aditivos que podem elevar o custo da obra muito acima do previsto inicialmente e também na convicção de fiscais de obra que autorizam o pagamento de serviços mal feitos e às vezes com medições superiores ao que foi efetivamente executado.

O Livro de Ordem implantado pelo Crea-GO, por exigência do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, é a versão eletrônica do antigo Diário de Obras. Através da interação com outros órgãos de controle, ele permite a visualização do andamento da obra e os pagamentos realizados.

Sua utilização pode evitar a maioria dos problemas aqui apontados, permitindo aos órgãos de controle o acesso online às informações nele registradas, trazendo segurança para os contratantes, porque all estarão registrados o andamento da obra, seus detalhes e providências, estabelecendo as responsabilidades pela execução e fiscalização. É um grande passo rumo à moralização dos contratos de obras públicas.



Após 1 ano, GO está esburacada

GO-070 Trecho duplicado da rodovia e inaugurado em março de 2018 apresenta uma série de problemas. Obra se arrastou por anos e foi a que mais recebeu dinheiro da venda da Celg D

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

A duplicação da GO-070, uma das mais importantes rodovias estaduais de Goiás, que dá acesso a pontos turísticos como a cidade de Goiás e municípios da região do Vale do Araguaia, se arrastou por anos até ser totalmente inaugurada pelo governo goiano no final de março do ano passado. Menos de um ano depois, porém, os problemas estruturais já surgem, com buracos e rachaduras no meio da pista em vários trechos e que geram reclamações de motoristas que precisam passar pelos locais, em alguns casos mais de uma vez por dia.

A reportagem do POPULAR percorreu o trecho da rodovia, saindo de Goiânia, até a cidade de Goiás e verificou a existência de buracos em alguns pontos, obrigando carros a desviarem dos locais para seguir caminho. O trecho entre Inhumas e Itauçu é um dos mais danificados. Ele foi o primeiro entregue pela gestão passada, dentre todos os trechos a serem duplicados pela obra. Esta extensão foi liberada para circulação de veículos em junho de 2014. No percurso de 27 quilômetros entre uma cidade e outra, chama a atenção a nitidez da má qualidade do asfalto, com rachaduras e buracos que pegam motoristas de surpresa em vários pontos.

“É um absurdo. O asfalto tem

de ser bom. Fui caminhoneiro muitos anos e sei disso. Do jeito que está, é pior que estrada de chão, porque, na terra, você sabe que vai ter buraco. No asfalto, quando tem, você é pego de surpresa”, afirma o João Batista Lopes, de 60 anos, que, hoje, vive numa propriedade rural nas margens da rodovia, em Itauçu. Ele conta que todos os dias presencia várias freadas de carro quando se deparam com os buracos da rodovia, no trecho próximo ao local onde mora. “Foram ali e tamparam praticamente com terra. Isso é um abuso para a humanidade”, diz.

Promessa antiga de governos passados, a duplicação da GO-070 teve ordem de serviço assinada pelo então governador Marconi Perillo (PSDB) em julho de 2011, durante encontro com o então presidente da república, Dilma Rousseff (PT). Na época, a previsão era de que todo o percurso duplicado entre Inhumas e a cidade de Goiás fosse concluído até 2013. Como se vê o primeiro trecho foi entregue só em 2014 e a implantação dos demais se arrastou até o início do ano passado, em razão de paralisações que se sucederam a cada ano. Em reportagens publicadas pelo POPULAR, repercutindo a situação, a então Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), hoje Golnra, alegou que as paradas ocorriam por causa das chuvas.

Mesmo tendo sido iniciada



Passo aqui de duas a três vezes por dia. Já vi nove carros capotando aqui. É um abuso para a humanidade”

João Batista Lopes, produtor rural, morador de Itauçu

antes da efetivação da venda da Celg Distribuição (Celg D), a obra de duplicação da GO-070, conforme revelou o POPULAR na edição de ontem, foi a que mais teria recebido dinheiro resultante da venda da estatal. Ao todo, segundo documentos e ofícios da Secretaria da Fazenda (Sefaz), teriam sido investidos um montante de R\$ 62,263 milhões. Curiosamente, no portal de licitações da Golnra, antiga Agetop, existem vários editais lançados desde 2014, relacionados a intervenções na rodovia, incluindo a duplicação, terraplanagem, revitalização e serviços suplementares.

CONCORRÊNCIAS

O edital 003/2014 trata especificamente do serviço de terraplanagem e pavimentação asfáltica para duplicação da rodovia e restauração de 11,34 quilô-

metros, no trecho entre a GO-164 (Mossamedes) e a cidade de Goiás. Neste ponto, especificamente, próximo ao trecho de Mossamedes, a reportagem verificou ontem a existência de buracos. No perímetro urbano da rodovia na cidade de Goiás, a ponte sobre o Rio Bacalhau segue interdita, sem sinalização vertical. O valor estimado da obra era de R\$ 61 milhões.

Outro edital de 2014 (024/2014) tratou da restauração da rodovia, nos trechos entre Inhumas e entrada da GO-154, em Taquaral, e Itaberaí e entrada da GO-164, em Mossamedes. O valor avallado da obra, segundo as informações que constam no site da Golnra, foi de mais de R\$ 34,3 milhões. O que dá a entender é que trata-se de revitalização do trecho já existente da rodovia, com capeamento e recuperação de pontos esburacados. De fato, ao trafegar pela pista antiga, verifica-se a existência de uma série de remendos e intervenções feitas ao longo do tempo, mas é perceptível também o avanço dos buracos, mesmo nos pontos alvos de restauração.

Em 2016, a então Agetop chegou a lançar um edital (005/2016) para selecionar uma empresa de engenharia para realizar serviços de recuperação em caráter emergencial do trecho da GO-070, entre Itauçu e Itaberaí, que ficou danificado pelo rompimento de uma barra-

gem de uma propriedade rural, que ficava nas margens da rodovia. O serviço, avallado em R\$ 2,7 milhões, foi dispensado posteriormente e tratado em outra forma de contratação. Desde então, o último edital lançado pela Agência, referente a serviços na GO-070 foi o publicado no ano passado (032/2018) para reallizar serviços suplementares às obras de duplicação, em todo o trecho entre Inhumas e a cidade de Goiás.

A empresa que venceu a concorrência foi a Construtora Central do Brasil S.A. (CCB), que também esteve a frente da obra de duplicação da rodovia em alguns trechos. O valor estimado do serviço, incluindo a implantação de um mirante nas margens da GO-070, foi estimado inicialmente em pouco mais de R\$ 6,5 milhões. A construtora venceu a concorrência, oferecendo a proposta de R\$ 6,3 milhões.

Após a repercussão dos problemas na rodovia e as constantes reclamações de motoristas que passam pelo local, o governador Ronaldo Caiado (DEM) declarou na semana passada que é preciso parar de culpar a chuva pelos buracos em rodovias. “O que acaba com o asfalto é a corrupção”, disse. Ele orientou ainda que as empreiteiras responsáveis pelas obras fossem oficializadas para assumir as responsabilidades e promover a recuperação dos trechos. (Colaborou Diomício Gomes)



Goinfra faz levantamento para oficializar empreiteiras

Em resposta ao POPULAR e diante das constantes reclamações de motoristas sobre a existência de buracos em rodovias recém-restauradas ou inauguradas em Goiás, a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) - Antiga Agetop - iniciou levantamento da situação dos quase 22 mil quilômetros de rodovias estaduais. O resultado da análise vai fundamentar, dentre outras coisas, o comunicado e convocação das empreiteiras responsáveis pelas respectivas obras para que elas se responsabilizem pela reversão dos problemas já apresentados.

Um plano adotado pela Goinfra foi propor a recuperação de pontos críticos da malha viária goiana em parceria com as prefeituras municipais, exigindo, desta forma, que elas aderissem à ação. Até a sexta-feira (8), segundo a Agência, 80 municípios de várias regiões do Estado já tinham assinado o termo de cooperação. Entre os locais que deverão ser alvo da ação conjunta, constam pontos da GO-070, rodovia cuja duplicação entre Goiânia e a cidade de Goiás foi inteiramente inaugurada em março do ano passado, mas que, menos de um ano depois, já apresenta trechos esburacados e

com rachaduras, conforme verificado pela reportagem.

O secretário de Infraestrutura de Itaberá, Zanderlan Moreira, confirma que, apesar de pouco tempo de inaugurada, a GO-070 já possui pontos, próximos à cidade, que já demandam reparos. A reportagem tentou falar com prefeitos das cidades que estão nos trechos duplicados da rodovia e também de municípios que ficam na continuidade dela, em direção ao Vale do Araguaia, mas não conseguiu encontrá-los. Na última semana, o POPULAR recebeu reclamações de leitores dando conta da precariedade do trecho que segue para a cidade de Aruanã, onde muitos passaram o período de carnaval.

"Muitos motoristas revoltados com a quantidade enorme de buracos na estrada de Goiânia para Aruanã, tanto no trecho duplicado até Goiás, como na pista simples entre Goiás e Araguapaz, com vários carros parados com pneus estourados e suspensão danificada pelas crateras existentes de um asfalto relativamente novo", relatou um dos leitores. Outras rodovias estaduais que apresentam problemas também são as GOs-060 e 173, que foram alvos de de-

cisão judicial na semana passada, proibindo a circulação de veículos pesados em trechos com risco de desabamento.

BLOQUEIO

Na sexta-feira (8), liminar concedeu à Goinfra e à Polícia Militar Rodoviária o aumento do prazo em mais 10 dias para a instalação de quatro barreiras nas duas GOs. A ideia é impedir a circulação de veículos pesados com mais de dois eixos em alguns pontos que suscitam preocupação. O juiz responsável pela decisão, Marcos Boechat Lopes Filho, da comarca de Israelândia, atendeu o argumento apresentado de que seria preciso um tempo maior para a preparação da infraestrutura mínima necessária para a instalação das barreiras.

O serviço de implantação foi iniciado, segundo a Goinfra. A decisão da Justiça determina que as barreiras deverão contar com policiamento 24 horas por dia, sob pena de multa de R\$ 1 milhão. Marcos Boechat ressaltou, na decisão, a situação caótica das rodovias gerada pela combinação da péssima qualidade do asfalto com a falta de manutenção periódica e o fluxo intenso de veículos pesados.



Trecho urbano da GO-070 na cidade de Goiás: duplicação está inacabada

Governo articula recuperação de BRs

Na tentativa de diminuir a pressão sobre as rodovias estaduais e evitar uma grande circulação de veículos pesados, que acaba contribuindo para a deterioração do asfalto, o governo goiano tem buscado articular junto ao governo federal, segundo a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), para que seja feita também uma recuperação das rodovias federais que cortam o Estado. Como são elas as opções de tráfego às rodovias estaduais, a condição também deve ser boa para dividir e atrair também a circulação de grandes caminhões.

Na visão do governo goiano, muitas vezes, as GOs acabam ficando sobrecarregadas e, com isso, a deterioração é acelerada. No sábado (8), durante circulação no trecho duplicado da GO-070 para apurar a condição e existência dos buracos relatados por motoristas, a reportagem verificou que a maioria é composta por veículos de passeio. Em muito, isso se explica pelo fato de a rodovia ligar Goiânia a locais turísticos do Estado. Segundo a Goinfra, o governo federal já anunciou medidas de manutenção de trechos das BRs 153, 158 e 452.

GIRO



Marcos Nunes Carreiro

marcos.carreiro@opopular.com.br

Ressuscitou

A Goinfra publicou dez portarias criando comissões para averiguar irregularidades em condutas de servidores, licitações e contratos de prestação de serviço. O curioso é que as portarias foram editadas pelos ex-presidentes Jayme Rincón e Luiz César Kimura. À coluna, a assessoria diz que os atos são para ampliar acesso às informações sobre os processos.



GIRO



**Marcos Nunes
Carreiro**

marcos.carreiro@opopular.com.br

Investimentos representaram apenas 5% do que foi gasto em saúde em 2018

Os investimentos em saúde representaram 5% do que foi gasto pela Secretaria de Saúde (SES) em 2018. Os dados levam em consideração as despesas liquidadas que constam na prestação de contas do terceiro quadrimestre, apresentado pela pasta à Assembleia Legislativa na quinta-feira (7). Foram R\$122 milhões em investimentos ante R\$2,4 bilhões liquidados no ano. O maior gasto foi com despesas correntes (R\$1,5 bilhão ou 66% do total), seguido das despesas com pessoal e encargos sociais (R\$693,1 milhões ou 28,8% do total). Se considerado o total gasto em serviços de saúde, a área de assistência hospitalar e ambulatorial recebeu mais da metade dos recursos (58,89%), seguida por outras subfunções (31,59%), suporte terapêutico (5,85%), atenção básica (3,24%), vigilância epidemiológica (0,33%) e vigilância sanitária (0,10%).